

**À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE GUARAPARI/ES - CPL,**

**Concorrência Pública nº 002/2020  
Processo nº 2.271/2020**



**F C CAPISTRANO RESTAURANTE ME**, inscrito no CNPJ sob o nº 23.926.329/0001-83, localizada na Avenida Edizio Cirne, 332, Quiosque 02, Centro, Guarapari/ES, CEP: 29.200-080, por intermédio de seu representante legal **Sr Fábio Castro Capistrano**, portador do documento de identidade RG nº 1454999 SPTC/ES, inscrito no CPF sob o nº 031.148.907-92, vem, respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, com fulcro no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.666/1993, opor

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

em face da respeitável decisão emitida pela Comissão Técnica, na ata de julgamento do dia 16 de junho de 2020, o que faz pelos fatos e fundamentos que adiante seguem:

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

O julgamento da Comissão foi publicada no dia 25/06/2020, através do DOM/ES, concedendo aos licitantes o prazo para recurso, na forma do artigos 109, inciso I, alínea b, e 110, ambos da Lei nº 8.666/1993. Assim, o prazo final para o protocolo do presente recurso é esta data, restando a presente peça tempestiva.

**II - DOS FATOS**

De acordo com a Comissão Técnica o Recorrente alcançou 45 pontos nos certificados apresentados de curso de qualificação, sendo indeferidos os cursos relativos às instituições de ensino WR Educacional LTDA, Cursos On Line São Paulo do Brasil e Fundação Bradesco, por descumprirem as regras previstas no item 6.3, alínea b, do Edital de Concorrência Pública nº 002/2020.

**III - DAS RAZÕES**

Inicialmente, cabe destacar que ao contrário do que prescreve a ata de julgamento, a Douta Comissão desconsiderou além dos cursos relativos às instituições supracitadas, os cursos relativo ao SEBRAE e SENAI, levando a crer que houve um equívoco por parte desses agentes, restando evidente que carece de reexame e correção urgente!

Igualmente merece revisão os certificados indeferidos em razão de descumprirem as regras do item 6.3, alínea b do Edital, uma vez que foram emitidos por instituições renomadas e



reconhecidas por ministrarem cursos livres, devendo seus certificados serem aceitos em todo o território nacional.

Neste diapasão, é incoerente aceitar os certificados produzidos pelo SEBRAE e SENAI e não os ora contestados, uma vez que estes detêm da mesma força legal que aqueles, sendo igualmente instituições privadas, utilizando a mesma metodologia amparada pelo Decreto Presidencial nº 5.154/2004 e Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 04/1999.

Importante frisar que os documentos apresentados são todos legítimos, feitos realmente pelo representante legal do Recorrente.

#### IV - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer que o presente Recurso seja apreciado e julgado procedente para:

1) sanar o equívoco da Comissão Técnica que não considerou, tampouco pontuou os certificados do SEBRAE e SENAI apresentados pelo Recorrente.

2) reconhecer para fins de pontuação os certificados emitidos pela Fundação Bradesco, WR Educacional LTDA e Cursos On Line São Paulo do Brasil.

3) que medidas sejam adotadas para averiguar a veracidade de todos os certificados apresentados pelos licitantes concorrentes, uma vez que não consta nos documentos que tal diligência foi conferida pelos agentes dessa CPL e/ou da Comissão de Avaliação técnica, podendo certamente serem fraudados.

4) Por fim, requer ainda a revisão dos certificados dos licitantes RG Correia ME; Francisco do Nascimento Alvarenga MEI; M.J.B. de Almeida MEI e Kiosque Caranquelua EIRELI, haja vista que foram considerados os certificados de cursos com mais de 05 anos de conclusão, descumprindo o item 6.3, alínea "b" do Edital.

Não sendo esta a decisão, requer se digne essa CPL de remeter o presente Recurso à Autoridade Superior, conforme elenca o artigo 109, § 4º, da Lei nº 8.666/1993.

Termos em,  
Pede Deferimento.

Guarapari/ES, 03 de julho de 2020.

  
F C CAPISTRANO RESTAURANTE ME

CNPJ nº 23.926.329/0001-83

